

O ideário Escolanovista e a organização da escola: um olhar sobre o legado de Lourenço Filho

The Escolanovist ideary and the organization of the school: a look at the legacy of Lourenço Filho

183

Natalina Francisca Mezzari Lopes¹

Resumo: Com o objetivo de recuperar o legado de um dos grandes intelectuais e educadores brasileiros, este estudo destaca as ações de Lourenço Filho que contribuíram para consolidar o ideário escolanovista no Brasil, em defesa de uma educação pública, laica e gratuita para todos. A pesquisa é bibliográfica e documental, pautada em obras do próprio Lourenço Filho e de autores contemporâneos dele, tendo como recorte de estudo, o período de 1920 a 1945. Identificam-se três fases da participação de Lourenço Filho: na primeira, o foco é a denúncia da falta de planejamento e de organização da educação nacional, suprimindo os interesses individuais, e a ausência de continuidade de programas; a segunda fase é marcada pelo desenvolvimento de pesquisas experimentais no âmbito da psicologia educacional, visando a aprendizagem das crianças em idade escolar; a terceira caracteriza-se pela produção escrita dos ideais escolanovistas, em defesa da socialização da criança numa escola democrática. O legado desse educador, na defesa da organização da educação e da escola democrática brasileira, é marcado pelo olhar cuidadoso em relação ao planejamento e à organização da educação brasileira, contudo, sem perder de vista a gestão do programa de ensino que se realiza na relação professor-aluno.

Palavras-chave: Gestão escolar. Currículo escolar. Programas de ensino.

Abstract: With the aim of recovering the legacy of one of the great Brazilian intellectuals and educators, this study highlights the actions of Lourenço Filho that contributed to consolidate the New School ideals in Brazil, in defense of a public, secular and free education for all. The research is bibliographical and documental, based on works by Lourenço Filho himself and contemporary authors, with the period from 1920 to 1945 as a study cutout. Three phases of

^{1*} Doutora em Educação Escolar pela Unesp, Professora Adjunto na Universidade Estadual de Maringá – PR, <https://orcid.org/0000-0002-9193-361X>, natalinamezzari@hotmail.com.

Recebido em: 11/10/2023

Aprovado em: 06/11/2023

Sistema de Avaliação: Double Blind Review



Lourenço Filho's participation are identified: in the first, the focus is the denouncement of the lack of planning and organization of the national education, suppressing the individual interests, and the lack of continuity of programs; the second phase is marked by the development of experimental research in the field of educational psychology, aimed at school-age children's learning; the third is characterized by the written production of New School ideals, in defense of the child's socialization in a democratic school. The legacy of this educator, in defense of the organization of education and the Brazilian democratic school, is marked by a careful look at the planning and organization of Brazilian education, however, without losing sight of the management of the teaching program that takes place in the relationship teacher Student.

Keywords: School management. School curriculum. Teaching programs.

1 Introdução

O movimento escolanovista surgiu como um movimento reformador da cultura e da educação no início do Brasil República e realizou-se em meio a um ambiente de agitação de ideias, de transformações econômicas e de expansão dos centros urbanos (AZEVEDO, 1958).

A Primeira República (1889-1930) esteve associada à grande imigração de europeus, à evolução dos meios de transportes, à mecanização da cultura cafeeira, à modernização das usinas de açúcar, à organização do trabalho, à expansão urbana e à incipiente industrialização. Tais mudanças apontavam os antagonismos entre os senhores de terras (coronéis) e os capitães da indústria e revelavam um quadro social que requeria instituições de defesa dos direitos à vida, da liberdade de opinião e da organização em sociedade. A referência era de um Estado republicano, o que significava abertura de espaços para a participação do povo no governo, tanto pelo voto como por meio de instituições políticas. Além disso, significava a necessidade da participação na riqueza coletiva, incluindo o direito à educação, ao trabalho, ao salário justo, à saúde, à aposentadoria (CARVALHO, 2004).

Esse quadro representa um pouco da movimentação política e social no qual estiveram inseridos intelectuais, que se agitavam ao redor de novas ideias na literatura, nas artes plásticas, na política, na educação e na filosofia, em defesa da modernidade. Tais ideias tinham em comum modificar encaminhamentos das políticas e da administração pública, pautando-se na defesa de direitos sociais, o que não significava que os envolvidos no movimento modernista seguiam ideias convergentes; em geral, se diferenciavam e, muitas vezes, se antagonizavam.

Na educação, conjugavam-se esforços para organização de uma escola diferenciada, que se aproximasse da população que até então não tinha acesso aos espaços escolares. Esses esforços vinham de diferentes grupos de republicanos e educadores e movimentavam novos ideais sociais, entre eles foi possível encontrar destaque para: Heitor Lira, Venâncio Filho,

Tobias Moscoso, Dulcídio Pereira, Mário Brito, Barbosa de Oliveira e Menezes de Oliveira. Já entre os intelectuais dedicados à organização da educação e da escola moderna, a historiografia da educação brasileira distingue os chamados reformadores, Anísio Teixeira, Lourenço Filho, Fernando de Azevedo, Almeida Junior, Carneiro Leão e Paschoal Leme.

Todavia, os intelectuais da educação não agiam sozinhos. A força de confluência do pensamento desses educadores e da chamada “elite acadêmica” se constituía em espaços organizados e aglutinadores, como a Liga Nacionalista (1916), a Associação Brasileira de Educação (1924), a Academia Brasileira de Ciências (1916), as Conferências Interestaduais do Ensino Primário (1921) e as Conferências Nacionais de Educação (1927).

Foi num desses espaços organizados que os educadores, reconhecidos por seu amplo trabalho e luta em defesa de novos ideais para a educação, foram conclamados a apresentarem ao governo um plano de reforma e de renovação educacional. Diante do pedido do governo provisório de Getúlio Vargas, na CNE de 1932, os educadores apresentaram, em forma de Manifesto ao Povo e ao Governo, um plano para *A reconstrução educacional no Brasil*. Elaborado por Fernando de Azevedo, o documento seguiu assinado por vinte e seis educadores ou escritores, ficando conhecido como o *Manifesto dos pioneiros da educação nova*, de 1932.

Reconhecidamente, torna-se um documento singular na História da Educação Brasileira, porque se volta para a constituição da nação republicana: defende os princípios de laicidade, gratuidade, obrigatoriedade, coeducação e unidade que, conforme bem destaca Nagle (2006), pressupõe os princípios de multiplicidade e de descentralização na república federativa, pelo respeito ao regional e aos Estados. A pauta principal vinculava-se à ideia de “renovação dos princípios que orientava a marcha dos povos”, uma vez que os princípios da República não poderiam mais ser aqueles que conduziam a relação de leis na Monarquia (AZEVEDO, 1958, p. 80). Tal marcha envolvia, acima de tudo, o princípio da democracia, necessitando para a sua realização de “fundas transformações no regime educacional” (AZEVEDO, 1958, p. 81). Reconhecidos como renovadores, os intelectuais da educação acreditavam que

as únicas revoluções fecundas são as que se fazem ou se consolidam pela educação, e é só pela educação que a doutrina democrática, utilizada como um princípio de desagregação moral e de indisciplina, poderá transformar-se numa fonte de esforço moral, de energia criadora, de solidariedade social e de espírito de cooperação (AZEVEDO, 1958, p. 81).

Não se tratava, portanto, de transformações sociais, o imperativo era de Reconstrução Educacional no Brasil, que se realizaria pela renovação de princípios rumo à *doutrina democrática*. Tais princípios, mesmo que situados de forma diferente, serviram de base para o

direcionamento das ações e das organizações das reformas em todos os níveis do sistema educacional. Antes do Manifesto de 1932, já havia registro de reformas e diversas tentativas de assentar o problema da educação em novas bases filosóficas. Lourenço Filho é um dos que figurava entre os intelectuais-educadores envolvidos no movimento em defesa de ideais modernistas para a escola, bem antes da década de 1930.

Lourenço Filho dirigiu as Reformas da Instrução Pública do Ceará (1922/23) e de São Paulo (1930/31) e foi o primeiro diretor do Instituto de Educação do Rio de Janeiro (1932/38), que compunha a reforma do Distrito Federal dirigida por Anísio Teixeira (1931/35) e serviria de modelo para a formação de professores no Brasil. Igualmente, foi o primeiro diretor do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (Inep), atualmente Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, criado em 1939, lá permanecendo até 1945. Entre as ações ali desenvolvidas de organização dos dados e informações da educação nacional, atuava na formação de professores e técnicos, organizando cursos que versavam sobre Administração Escolar, Orientação Didática, Serviços de Inspeção, Estatística aplicada à educação, Psicologia Educacional, Testes e Medidas escolares.

Objetivando recuperar o legado de um dos intelectuais-educadores brasileiros, o estudo destaca as ações de Lourenço Filho que contribuíram para consolidar o ideário escolanovista no Brasil em defesa de uma educação pública, laica e gratuita para todos. Para o estudo, pautou-se em pesquisa bibliográfica, especialmente utilizando-se de fontes primárias produzidas pelo autor e por seus contemporâneos, tendo como recorte o período de 1920 a 1945.

O texto a seguir apresenta as principais ações de Lourenço Filho que marcaram a sua participação no ideário escolanovista. É importante observar que as diferentes ações do autor são circundadas pela preocupação com o planejamento e a organização da educação brasileira, contudo, sem perder de vista a importância do plano de trabalho do docente como espaço de realização do ideário escolanovista.

2 Lourenço Filho e o ideário escolanovista

A formação profissional de Lourenço Filho, conforme escreveu Almeida Júnior¹ (1959), pôs-lhe em contato com um meio educacional muito promissor em ideias, teorias e

¹¹ Antônio Ferreira de Almeida Júnior (1892-1971) iniciou sua carreira no funcionalismo público como professor normalista e, depois de formar-se em medicina (graduação, doutorado e livre docência), passou a atuar na

movimentos educacionais, aproximando-o das ideias modernistas. Desde cedo, na Liga Nacionalista, passou a ser reconhecido por sua dedicação às causas da educação popular, por sua competência em seu trabalho e, igualmente, pela clareza e coragem com que manifestava seu pensamento, sendo reconhecido como “uma figura querida e respeitada” entre os seus colegas (ALMEIDA JÚNIOR, 1959, p. 33).

No pensamento moderno de teóricos como Tocqueville e Montesquieu, de intelectuais-educadores, a exemplo de Rui Barbosa, Dewey, Claparède, Kilpatrick e William James, Lourenço Filho desenvolveu seu trabalho como mestre, pesquisador e reformador da educação, tornando-se importante personalidade na organização da Escola Nova no Brasil no início do Século XX.

Foi por seu trabalho e por ideias desenvolvidas no ensino, na organização da escola ou da instrução pública, que Lourenço Filho se destacou como um protagonista, nos termos de Almeida Júnior (1959, p. 39), na “batalha da escola nova”. O autor identifica três fases no trabalho de Lourenço Filho, que revelam a sua importante participação na indicação dos rumos da educação moderna. Ainda é Almeida Júnior (1959, p. 39-40, grifo do autor) quem conta: “A batalha da escola nova principiou por vigoroso ataque à situação do momento, então reacionária e sob ameaça de retrocesso, mercê do *slogan* do oficialismo, de ‘volta ao passado’”.

Almeida Júnior (1959) refere-se inicialmente às reformas escolanovistas introduzidas em alguns estados, a partir da década de 1920, a respeito das quais Fernando de Azevedo (1958, p. 154) afirmou que não traduziam uma “política orgânica traçada pelas elites governantes, mas antes as tendências pessoais de educadores determinados, que agiam por sua própria conta, orientando, no sentido das ideias novas, as suas iniciativas que sucediam contrarreformas, de volta ao passado”. Entre essas reformas, estava a de Sampaio Dória, em São Paulo, a de Carneiro Leão, no Distrito Federal, e a que Lourenço Filho coordenou no Ceará, em 1921.

articulação entre as duas formações: educação e saúde. Por convite de Lourenço Filho, assumiu a direção da Escola Secundária do Instituto de Educação do RJ. “No âmbito do sistema de ensino público e privado de outros níveis de escolarização, Almeida Júnior e outras importantes figuras com as quais tinha afinidade, lutaram contra práticas patrimonialistas, oligárquicas e clientelistas, que eram predominantes àquela época, procurando implantar instituições que consolidassem procedimentos igualitários, públicos e universais na rede pública de ensino do estado de São Paulo, do Brasil e também, no que fosse pertinente, na rede particular de ensino. Lutavam para que a educação – de boa qualidade – fosse um direito igual para todos e não um privilégio de alguns” (GANDINI, 2010, p. 14-15).

Houve um grande esforço de intelectuais da educação para fazer prevalecerem ideais renovadores, na organização da educação, que iniciaram bem antes do Manifesto de 1932. Conforme Almeida Júnior,

Fernando de Azevedo, em 1926, deflagrara a ofensiva, provocando sucessivas entrevistas de educadores progressistas, pelas colunas do *Estado de São Paulo*. As declarações porventura, mais incisivas, foram as de Lourenço Filho. Depois da renovação do ensino em São Paulo, nos primeiros anos da República (disse ele), os nossos professores têm dormido nos louros de então. Consagrou-se aquele avanço (cujo valor ninguém lealmente porá em dúvida, em relação ao seu tempo) como um triunfo inexcedível, absoluto e eterno (ALMEIDA JÚNIOR, 1959, p. 39-40, grifo do autor).

As declarações foram realizadas por ocasião da participação no Inquérito sobre o ensino em São Paulo, organizado por Fernando de Azevedo, considerado por Almeida Júnior (1959) como um dos marcos da “batalha” do pensamento escolanovista, travada no meio político, da qual Lourenço Filho participou com formulações intensas.

A questão provocativa, utilizada por Lourenço Filho (1926) para a resposta ao Inquérito sobre o ensino de São Paulo, denunciava a falta de continuidade dos programas de ensinos com as mudanças de governo. Diante disso, “chama a contas a alta administração escolar” em dois momentos. Um deles, ao mostrar que 150 mil crianças continuavam sem escolas, afirmando categoricamente: “sobre ser uma impiedade, é uma injustiça, uma traição à natureza do regime em que devemos viver”. Para um Estado democrático: “Boa ou má, a escola pública deve ser dada a todos, ou melhor, até imposta a todos” (LOURENÇO FILHO, 1926, p. 2). Em outro momento, o educador mostrou o distanciamento entre a cultura moderna e o ensino praticado por meio dos programas de ensino. Conforme referenciado por Almeida Júnior (1959, p. 40), Lourenço Filho afirmou: “a diretoria da Instrução não está, desde muito tempo, em contato direto com as grandes fontes de cultura pedagógica do mundo, como deveria ser”.

Na continuidade da resposta ao Inquérito (1926), Lourenço Filho tratou do fim social, no qual a escola nova deveria estar envolvida. Nessa direção, elencou falhas consideradas as mais sérias da administração. Entre elas, o problema do ensino primário e normal pela “ausência de claro espírito de finalidade social, o divórcio do que na escola se pensa e se faz, e a vida do menino que a frequenta” (LOURENÇO FILHO, 1926, *apud* ALMEIDA JÚNIOR, 1959, p. 40).

Nessa fase, apesar de ainda jovem, Lourenço Filho já tinha passado pela docência e pela administração da educação. Tais experiências realizaram-se fundamentadas nas ciências modernas, como a biologia, a psicologia e a sociologia. Com isso, delinearam-se ideias e

valores, configurando, sempre mais, o movimento escolanovista, que tinha na educação popular o seu objeto de intervenção social.

Lourenço Filho do mesmo modo denunciou a falta de planejamento para a educação com definições de fins e organização dos meios dos sistemas de ensino, gerando muitos problemas sociais, na família e na comunidade. Por decorrência da denúncia, definiu para a nova escola finalidade em novas bases: “O verdadeiro papel da escola primária é o de adaptar os futuros cidadãos, material e moralmente, às necessidades sociais presentes e, tanto quanto possível, às necessidades vindouras” (LOURENÇO FILHO, 1926, *apud* ALMEIDA JÚNIOR, 1959, p. 40). E continua afirmando que a integração da criança na sociedade “resume toda a função da escola gratuita e obrigatória, e explica, por si só, a necessidade da educação, como função pública” (Ibid., p. 40).

Além das denúncias sobre os problemas em que a educação estava absorvida, credenciadas por seu trabalho de docência e de administração, a participação de Lourenço Filho marcou sobremaneira os ideais da educação moderna com o desenvolvimento de pesquisas experimentais. Segundo Almeida Júnior (1959), o resultado de suas pesquisas, voltadas a psicologia educacional, foi outro importante acontecimento que marcou a segunda fase da “batalha” de Lourenço Filho em relação à organização do pensamento sobre a nova escola:

A segunda fase da batalha, iniciada em 1927²² com a organização das primeiras classes experimentais, cobriu um período de três anos. Lourenço Filho ‘observou de perto’ o que se passava em determinadas classes pré-primárias ou primárias anexas à Escola Normal, entregues a professoras aderentes ao seu credo renovador (ALMEIDA JÚNIOR, 1959, p. 40).

As pesquisas experimentais, realizadas enquanto professor de Psicologia e Pedagogia na Escola Normal, de São Paulo, cada vez mais credenciavam Lourenço Filho em relação aos novos ideais para a moderna educação escolar. Essa fase de pesquisa tinha por finalidade extrair das teorias o “como fazer” uma escola com um ensino eficiente, que pudesse chegar a todas as crianças e, assim, servir ao povo e ao país (OLIVEIRA, 1999).

²² A pesquisa na Escola Normal, conforme esclarece Monarcha (2001, p. 12), foi iniciada dois anos antes, “a partir de 1925, simultaneamente à regência das aulas, Lourenço Filho reativou o Laboratório de Psicologia Experimental da Escola Normal, abandonado desde o decênio anterior, e passou a acumular fatos e técnicas operativas fundamentadores da explicação psicológica dos fatos sociais e individuais”.

As pesquisas de testes de psicologia realizadas em laboratórios forneciam recursos para transformar a escolarização numa técnica racionalizada, superando a ideia de prática de ensino resultante de intuição, de dom, de vocação. A natureza da criança e a dinâmica de seu interesse passaram a ser apresentadas à comunidade educativa como elementos norteadores da organização e do planejamento do ensino (OLIVEIRA, 1999). Entre as contribuições da psicologia, encontram-se a “descrição das variações psicológicas através das idades, isto é, o conhecimento dos estágios de desenvolvimento”; a “caracterização objetiva das semelhanças humanas e das diferenças individuais”; e a “criação de um modelo explicativo do comportamento humano, ou seja, a própria elaboração teórica básica sobre o objeto de investigação da psicologia” (OLIVEIRA, 1999, p. 142-143).

As contribuições das pesquisas em psicologia imprimiram mudanças nas atividades de sala de aula e nas relações entre professores e alunos, assim como abrangeram outros serviços educacionais, a saber: orientação educacional, orientação profissional e educação especial, além da organização das classes de ensino (OLIVEIRA, 1999).

As observações em classe de ensino, a partir de fundamentos da psicologia, levaram à compreensão de que toda a técnica educativa parte da ideia de uma interferência nas formas de sentir, pensar, ou agir do educando, ou seja, o ensino envolve sempre a interação entre componentes de desenvolvimento biológico e cultural da criança. Assim sendo, acreditava-se no poder de transformação da criança e do ser humano em geral pela educação.

Esta fase na “batalha da escola nova” ficou caracterizada pela afirmação das ideias modernas em ações de fundamentos científicos, nos quais Lourenço Filho aprofundou suas pesquisas no “credo renovador”, oriundo da psicologia. De estudos e pesquisas, resultaram ideias como a da “uniformização do ensino primário no Brasil: mantida a liberdade dos programas” (1928), a questão do “programa mínimo” (1936), entre outros.

A terceira “batalha” em favor da Escola Nova enfrentada por Lourenço Filho foi denominada por Almeida Júnior (1959, p. 41) de “fase da doutrinação”. Esta ocorreu em 1930, com o aparecimento do livro *Introdução ao Estudo da Escola Nova* ou, como diz o título do prefácio escrito por Paul Fauconnet, professor de Pedagogia na Sorbone, *Um livro brasileiro sobre a Escola Nova*: “Lourenço Filho não se propôs escrever uma obra original, mas guiar o leitor brasileiro na selva confusa dos livros e artigos que, em todo mundo, se consagram ao movimento a que chamamos de ‘Educação Nova’” (1930, p. VII).

O livro surgiu no ambiente político no qual o pensamento escolanovista centralizava seus esforços de linguagem, de produção e de realização para posicionar a educação “em função

da vida nacional” e de um “novo estalão de valores”. O objetivo era evidenciar a nova tendência organizacional da escola (AZEVEDO, 1958, p. 147).

As ideias disseminadas, conforme afirmava Lourenço Filho (1930, p. 2), não eram novas, decorreram de movimentos anteriores à Guerra, os quais acreditavam na “educação do povo como condição de equilíbrio social” e como “ideal da união de todas as raças, de todas as nações”. Com a configuração de novas formas políticas e novas formas de vida em comunidade, do pós-Guerra, igualmente impôs-se a revisão dos fins da educação pública. Falar em revisão dos fins, para Lourenço Filho (1930, p. 3), é o mesmo que fazer uma crítica social e filosófica aos processos em curso e demonstrar a inanidade dos meios em ação nas escolas. Nessa direção, o “progresso das ciências biológicas e, em particular, o da psicologia” (Ibid., p. 3) serviu, principalmente, como “meios de aplicação científica” para o movimento renovador desenvolver seus ideais nas diversas reformas educacionais, culturais e econômicas em curso. Em outras palavras, os fins mostravam-se exequíveis, tendo em vista os “meios de aplicação científica” (LOURENÇO FILHO, 1930, p. 3).

Essa “fase de doutrinação” da Escola Nova encampada por Lourenço Filho desenvolveu-se em meio à confusão de valores em relação ao ensino intelectualista ou literário e ao ensino de finalidade de aplicação técnica. Diante das variadas formas de compreender a Escola Nova, o livro *Introdução ao estudo da escola nova* apresentou ideias que marcaram as discussões, a formação do professor e técnicas de ensino. Essas ideias foram divulgadas por meio de revistas como Escola Nova, discursos e práticas pedagógicas.

Diante da confusão dual, ensino intelectual e ensino de aplicação técnica, a mudança pretendida recaiu sobre as estruturas e os valores seculares, portanto foi necessário “encarar a escola – instituição de educação intencional e sistemática, por excelência – como *órgão de reforçamento e sistematização de toda a ação educativa da comunidade*, não órgão que a ela se possa opor, ou dela se possa desligar” (LOURENÇO FILHO, 1930, p. 5, grifo do autor).

Recorrendo às contribuições da sociologia educacional, pautado em Durkheim, Lourenço Filho (1930, p. 189) delimitou o que seria um dos pilares das novas ideias: “a educação é a socialização da criança” e “o tipo de socialização que a escola nova pretende é o da democracia”. Esta se realizou de múltiplas formas, conscientes ou não, como por meio da família, da igreja, da escola, das instituições sociais de administração (o Estado). Educaram igualmente “a imprensa, as diversões, os esportes, os grupos de profissão, a comunidade familiar, ou grupo social restrito, a que o educando mais diretamente estivesse submetido” (LOURENÇO FILHO, 1930, p. 6).

No entanto, “nem a escola pode ser, como se pretendia e se pretende, o órgão ou fator máximo da educação, nem os meios que ela mais comumente tem empregado nos parecem hoje idôneos para a consecução de tais fins” (LOURENÇO FILHO, 1930, p. 6). O que se busca, afirma Lourenço Filho (1930, p. 7, grifo do autor), é

A integração da escola, na ação geral educativa de cada comunidade, para que ela possa servir, com equilíbrio, como fator de maior civilização, adaptando o homem ao seu meio, – eis a primeira importantíssima conclusão da escola nova. Dela decorre o que é óbvio modificações político-administrativas importantíssimas.

As modificações decorrentes da “integração da escola” na comunidade incluem três ações político-administrativas: a necessidade da “escola única”; a organização de “instituições post e peri-escolares” e a escola do “trabalho em comunidade”. A necessidade de “escola única”, no sentido político-administrativo, é bem diferente de escolas de “programas unificados”. Lourenço Filho explica que:

Nem por ser única, a escola primária tem os mesmos programas, ou, melhor ainda, para ser única, isto é, para que tenha a mesma finalidade de adaptação, é necessário que possua programas adaptados às necessidades e possibilidades das várias regiões a que se deve servir, à comunidade em que novos elementos de vida vão ser integrados (LOURENÇO FILHO, 1930, p. 7, grifo do autor).

O equívoco entre *escola única* e *liberdade de programas* já tinha sido objeto de debate na I Conferência Nacional de Educação com o tema *A uniformização do ensino primário no Brasil*, conforme registrado anteriormente. Lourenço Filho manteve a posição da necessidade de programas de ensino, organizados em função das necessidades da criança (conforme preconizado pela psicologia infantil e outras ciências sociais) e em função de uma finalidade social, para servir de homogeneização das novas gerações. Tudo isso, sem, contudo, excluir a autonomia do professor e da escola no processo de organização e realização do programa de ensino.

A outra ação, por decorrência da necessidade de integração da escola à comunidade, incluiu mudanças nos objetivos do ensino da leitura, da escrita e do cálculo, os quais deixavam de ser a essência do ensino, como na escola tradicional, para tornarem-se instrumentos para aquisição de elementos da cultura histórica e contemporânea. Por isso, a necessidade de desenvolver “instituições post-escolares e peri-escolares, que lhes dessem maior significação no trabalho, reforçando-lhe e fazendo-lhe valer” (LOURENÇO FILHO, 1930, p. 10). Desse modo, tudo contribui para a formação e o desenvolvimento da criança:

As escolas de continuação, as escolas pré-vocacionais e vocacionais, o serviço de orientação profissional; as bibliotecas e os cursos post-escolares, com os seus conselheiros; os campos de jogos; o cinema educativo; as cantinas da infância; as visitadoras da higiene; o ensino de oportunidades; os recreatórios; a correspondência interescolar; os círculos de pais e mestres – para não citar outras – são criações características desse esforço em prol da ampliação da coordenação da obra da educação primária (LOURENÇO FILHO, 1930, p. 10).

A terceira ação que envolveu a necessidade de integração da escola com a comunidade referiu-se ao desenvolvimento nos alunos do “hábito do trabalho em comunidade”. A finalidade era superar a tendência do hábito do trabalho individual, conforme explica Lourenço Filho (1930, p. 11, grifo do autor):

Na escola renovada, pretende-se que as crianças, desde cedo, aprendam *a trabalhar em grupo, em comunidade*. O trabalho por *equipes*, por comissões ou partidos, o auxílio mútuo, a autoaprendizagem do *grupo* são transformações porque se batem todos os renovadores. A compreensão da vida social deve ser sentida, vivida por todo o tempo da meninice, não simplesmente recebida como preceito de moral teórica.

Tais entendimentos encaminharam a organização da escola a novos valores sociais e políticos, pretendendo-se a “escola única” em seus grandes ideais de escola de qualidade para todos e de solidariedade humana, promovendo “a paz pela Escola Nova” (LOURENÇO FILHO, 1930, p. 11). Além disso, concorreu para formar o “cidadão do mundo”, sem, contudo, se distanciar do “sentimento nacional”. Formação que primeiro buscou a homogeneização do ensino a todas as crianças com a realização de um programa mínimo na escola primária, para diferenciar-se, depois, com a formação profissional na escola secundária.

No movimento da escola renovada, o entendimento, conforme apresentado por Lourenço Filho (1930), é de que a “educação intencional é obra social”, com isso há um alargamento de suas funções e há, da mesma maneira, mudança na sua direção. Como mencionado anteriormente, havia necessidade de mudanças político-administrativas e de mudanças no sentido teórico e pedagógico dos processos de ensino, sendo que, para isso, o referido autor apontou como imprescindível o delineamento de “novos meios” de “aplicação científica”, decorrentes da nascente biologia e da psicologia aplicada.

Diante do sentido social, preconizado pela educação moderna, foi colocada em relevo a necessidade de “adaptação” ou “sistematização da conduta”. Para Lourenço Filho (1930, p. 13), “educar é influir na organização das condutas motrizes de conservação e defesa da vida, diretas e imediatas, e nas de organização social do pensamento, para reações indiretas e imediatas.

Hábito e pensamento”. Esse novo caminho de formação exigiria orientação por processos biológicos, entre eles, os relacionados ao sistema nervoso, à cultura física, à defesa da saúde, às influências hereditárias. Igualmente, deveriam ser considerados os aspectos psicológicos para a ação educativa.

As contribuições da psicologia experimental, apresentadas por Lourenço Filho (1930, p. 15), abrangeram o problema “estático” da organização escolar. Tratou-se de intervenções realizadas “antes do ensino”, portanto, consideradas problemas da administração como, por exemplo, “a organização das classes, graduação e seriação do ensino em relação à idade e à capacidade de aprender”.

Os “testes psicológicos” contribuíram no sentido da classificação científica para a organização racional de classes homogêneas. No entanto, não podiam ser entendidos como fins ou “meios de ação”. Consistiam em “meios de verificação” ou “recursos de verificação e controle”, capazes de oferecer resultados para as atividades de organização estática e pedagógica do ensino (LOURENÇO FILHO, 1930, p. 15). Na “dinâmica da aprendizagem”, a psicologia contribuiu em relação aos aspectos relacionados às maneiras de ensinar e de aprender, ou seja, segundo a educação moderna, o homem aprende na ação (*homo faber*). Os “testes psicológicos” da mesma forma contribuíram para a verificação dos resultados de aprendizagem dos educandos, ao auxiliar a identificar seu nível de desenvolvimento.

A psicologia experimental, para Lourenço Filho (1930, p. 18), oferece recursos à pedagogia, “não resolve o problema de finalidade. Fornece apenas meios práticos para a verificação objetiva, que deve ir, pouco a pouco, substituindo os meios de apreciação meramente subjetiva, ou pessoal, dos mestres”. Por outro lado, pretende “oferecer bases para a crítica da essência mesma do trabalho educativo”. Assim,

Como ciência pura, desinteressada, a psicologia vai revendo, de pesquisa em pesquisa, a concepção do funcionamento do espírito, vai indicando como surgem e se desenvolvem as condutas, como reciprocamente elas atuam umas sobre as outras, como enfim se solidarizam e se sistematizam, na produção da personalidade, procura dizer *o que é, não o que deve ser*. Indica, por exemplo, como se implanta um hábito, como se forma um sentimento, como a organização lógica do pensamento pode operar-se, mas se lhe perguntarmos que hábitos devemos dar à criança, que sentimentos são os de que carecemos, que pensamentos devemos desde logo inculcar ao indivíduo – ela não responderá (LOURENÇO FILHO, 1930, p. 18-19).

Quem responde a tais indagações é, para Lourenço Filho (1930, p. 19), a pedagogia. Do ponto de vista do mencionado autor, a pedagogia não é uma ciência isolada, mas composta por um conjunto de princípios e doutrinas cujo objetivo é a “orientação e a produção do trabalho

educativo”. A pedagogia “não verifica apenas as relações entre os fenômenos, mas propõe *um plano de ação*, com que pretende influir nos destinos do homem” (LOURENÇO FILHO, 1930, p. 19, grifo do autor). Para organizar o “plano de ação”, a pedagogia busca subsídios nas ciências como a biologia, a psicologia e a filosofia. A didática é, nessa direção, remodelada em novas bases de entendimento do desenvolvimento da criança e da aprendizagem.

Na obra *Introdução ao estudo da escola nova*, muitas outras ideias foram apresentadas e delineadas na primeira lição, as quais abrangem a filosofia do conhecimento na Antiguidade, na Idade Média, na Renascença e Idade Moderna; passa-se por tendências pedagógicas e pensamentos de educadores, como o ensino verbal em Comenius, a educação popular em Rousseau, o ensino intuitivo em Pestalozzi e Herbart, chegando ao pensamento filosófico do início do Século XX, com indicações sobre educação, ciência, psicologia e as consequências para a pedagogia. A obra inclui questões relacionadas à controvérsia de denominação da escola como: escola nova e escola ativa; escola ativa ou escola funcional; escola ativa e escola do trabalho; além de apresentar princípios da educação ativa.

A segunda, terceira e quarta lições da referida obra são dedicadas à apresentação de sistemas da educação renovada. Na segunda, a abordagem referencia os precursores da Escola Nova; na terceira e quarta, apresentam-se as principais doutrinas inspiradoras e seus princípios capitais, para, na quinta, movimentar o leitor nas importantes críticas das aplicações da nova pedagogia, como a questão dos programas, do ensino graduado, do programa mínimo, do horário, da disciplina, da autonomia e da liberdade dos escolares, da educação e autoridade.

As contribuições de Lourenço Filho para com o Movimento de Renovação Educacional no Brasil e o ideário escolanovista foram formuladas em meio a tantas controvérsias, como a que se relacionava à sua denominação: “escola nova” ou “escola ativa”. Nesse quesito, é importante registrar o esclarecimento feito por Lourenço Filho (1930, p. 47-48, grifo do autor):

A escola ativa é uma das manifestações da escola nova, não toda ela. *Escola nova é gênero; escola ativa, espécie de gênero*. A primeira expressão inclui mais, em si, a revisão dos fins sociais, uma nova filosofia da educação *in extenso*, uma nova compreensão de vida e da fase de evidente transformação social que atravessamos. (...) A escola ativa pode ser feita sem a nova filosofia, como sem os processos de apreciação objetiva.

Tal ideário, produzido a partir de lições compendiadas em um curso realizado no Instituto de Educação, RJ, *Introdução ao estudo da Escola Nova* (1930), auxilia na coordenação de informações dispersas, em estudos de certos problemas organizacionais, nas intenções

administrativas e, principalmente, na “formação de uma nova mentalidade dos que educam”, expressando a “fase de doutrinação”, conforme indicado por Almeida Júnior (1959, p. 51). Para a professora Iva W. Bonow (1959, p. 129), as *lições* da referida obra, “mais que doutrinas ou técnicas pedagógicas, apontam os fundamentos científicos do currículo, especialmente os de natureza psicológica”.

3 Considerações Finais

O caminho percorrido por Lourenço Filho em relação aos princípios escolanovistas, além de ideias e pesquisas, promoveu planejamentos, programas e práticas visando o desenvolvimento e a organização cultural da nação brasileira. Nos termos de Fernando de Azevedo (1958, p. 26), “Sem Lourenço Filho teria faltado alguma coisa ao movimento moderno de educação no Brasil. Sem esse mestre, guia e conselheiro, no movimento de renovação que teve a sua fase heroica e ainda não perdeu a sua força, não teria sido completo”.

O texto procurou mostrar que o legado desse educador na defesa da escola democrática brasileira é marcado pelo olhar cuidadoso em relação ao planejamento e à organização da educação brasileira, contudo, sem perder de vista a importância do plano de trabalho do docente como espaço de realização do ideário escolanovista, ou por que não dizer de qualquer ideário de educação.

Muitas outras “batalhas” foram travadas por um grande grupo de intelectuais da educação. A Associação Brasileira de Educação – ABE, fundada por Heitor Lira, em 1924, desempenhou um importante papel de congregar os educadores, pondo-os em contato uns com os outros e abrindo debate sobre doutrinas e reformas, para difusão do pensamento pedagógico europeu e norte-americano, e principalmente espaço de coordenação e debate para estudo e solução de problemas educacionais (AZEVEDO, 1958, p. 154-155). Um debate, muitas vezes, acalorado por convicções conflitantes em relação às grandes linhas do ideário de renovação educacional.

De diferentes formas, encontram-se manifestações em favor da Escola Nova. Alguns intelectuais-educadores intervieram por meio da administração de reformas da instrução pública, outros, em produções literárias, organização de inquéritos ou, ainda, envolvidos ao mesmo tempo em vários espaços sociais e de divulgação de ideias. Os pontos basilares da nova educação que nutriam os intelectuais-educadores caminharam no sentido de romper com as fórmulas do ensino verbal, para um ensino vinculado à vida real, de novas finalidades sociais e tendências educacionais. Foi marcado, também, pelo envolvimento com a educação popular

sem, contudo, desconsiderar, conforme explica Monarcha (1989, p. 49), que a “inclusão dos excluídos” era objeto de reconhecimento político “mesmo que pela forma de dominação”.

Especialmente nas reformas educacionais, os intelectuais modernistas buscaram encontrar respostas ao problema de organização social que intervinha na construção do Estado republicano. A administração da instrução pública pautada em princípios da organização de uma sociedade democrática fez parte do rol das finalidades de reformas educacionais do início do Século XX.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA JUNIOR, Antônio Ferreira de. Formação profissional de Lourenço Filho. In: ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO. **Um educador brasileiro**: Lourenço Filho. São Paulo: Melhoramentos, 1959. p. 27-44.
- AZEVEDO, Fernando. **A educação entre os dois mundos**: problemas, perspectivas e orientações. São Paulo: Melhoramentos, 1958. 239p. (Obras Completas, v. XVI).
- BONOW, Iva W. Atualidade de Lourenço Filho na psicologia. In: ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO. **Um educador brasileiro**: Lourenço Filho. São Paulo: Melhoramentos, 1959. p. 124-133.
- CARVALHO, José Murilo. **Cidadania no Brasil**: o longo caminho. 5. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004. 236p.
- FAUCONNET, Paul. Um livro brasileiro sobre a escola nova. In: LOURENÇO FILHO, M. B. **Introdução ao estudo da escola nova**. 2. ed. São Paulo: Ed. Companhia Melhoramentos, 1930. p. VII-IX.
- GANDINI, Raquel. **Almeida Júnior**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco: Editora Massangana, 2010.
- LOURENÇO FILHO, Manoel Bergström. **O ensino em São Paulo**: a Escola Extensa. Arquivo classificação: LF pi Lourenço Filho, 1926.00.00/2. Rio de Janeiro: CPDOC/ FGV, 1926. (Data provável). 6p.
- LOURENÇO FILHO, Manoel Bergström. **Introdução ao estudo da escola nova**. 2. ed. melhorada. São Paulo: Melhoramentos, 1930. 233p. (Coleção Biblioteca de Educação, v. XI).
- LOURENÇO FILHO, Manoel Bergström. A uniformização do ensino primário no Brasil. **Revista Educação**. v. II, n.1, p. 9-18, jan. 1928.
- LOURENÇO FILHO, Manoel Bergström. Pesquisa sobre programa mínimo. **Boletim de Educação Pública**. v.5, ns. 3 e 4, p. 275-297, jul./dez. 1936.

MONARCHA, Carlos (Org.). **A reinvenção da cidade e da multidão**: dimensões da modernidade brasileira. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1989.

MONARCHA, Carlos. **Lourenço Filho e a organização da psicologia aplicada à educação**. Brasília, Inep: MEC, 2001.

NAGLE, Jorge. A educação na primeira república. In: FAUSTO, B. (direção) **História geral da civilização brasileira**: o Brasil republicano. Tomo III. 2.ed.; v. sociedade e instituições (1889-1930), Rio de Janeiro-São Paulo: DIFEL, 1977. p. 259-291.

OLIVEIRA, M. K. de. Lourenço Filho na história da Psicologia. In: PILETTI, Nelson (Org.). **Educação brasileira**: a atualidade de Lourenço Filho. São Paulo: FEUSP, 1999. p. 127-152.